

Agenda para os governos padrão FIFA

As demandas de todas as recentes manifestações de rua são por melhores e mais éticas políticas e serviços públicos: melhor educação, saúde, transporte, segurança, fim da corrupção. O Brasil mantém uma das maiores cargas tributárias do mundo, equivalente a dos países mais adiantados. Portanto, não é por falta de recursos que não temos serviços públicos de qualidade. A qualidade em geral é tão ruim que quem tem mais recursos utiliza somente os serviços privados, mantendo a vergonhosa desigualdade social em nosso País. Até os políticos, que são os responsáveis pela qualidade dos serviços públicos, quase sempre só utilizam os privados. Aliás, se usassem os serviços públicos, o que seria mais lógico e coerente, diria até obrigatório, certamente se empenhariam mais em melhorá-los. A exceção é o transporte em carros e aviões oficiais pagos pelos contribuintes. Um verdadeiro passe livre.

A campanha eleitoral dos nossos governantes é financiada basicamente por empresas que buscam recuperar seus investimentos por meio de contratos e legislações favoráveis aos seus negócios, apoderando-se de forma prioritária dos recursos públicos. A população mais pobre, aquela que usa os serviços públicos, não financia campanhas eleitorais e, portanto, tem muito menos poder.

Pela legislação, presidente, governadores e prefeitos podem nomear um número elevadíssimo de auxiliares para cargos chamados de confiança. São geralmente companheiros de partido, amigos, até parentes e cabos eleitorais. Muitos deles não têm a competência necessária para o cargo. A cada novo mandato acontece uma renovação, todos mudam. Como esperar uma gestão de qualidade? Nos países mais adiantados o número de cargos de confiança é reduzidíssimo e a máquina governamental funciona com pessoas selecionadas pela sua competência, independentemente do governante de plantão.

A maioria dos nossos governos tem uma gestão bastante ineficiente e trabalham com uma base precaríssima de indicadores, o que dificulta enormemente os diagnósticos, o estabelecimento de metas e um acompanhamento e avaliação das políticas e serviços públicos. Qualquer um sabe que, para uma organização funcionar competentemente, é necessário trabalhar com indicadores sempre atualizados e estabelecer metas.

Em 2008, por iniciativa da Rede Nossa São Paulo, foi introduzida na lei orgânica do município a obrigatoriedade do prefeito apresentar em até 90 dias após a posse um plano de metas para sua gestão, para todas as áreas da administração e para todas as regiões da cidade. E isso inclui todas as promessas de campanha, submeter o plano à apreciação da população por meio de audiências públicas recolhendo sugestões e prestando contas à população anualmente.

Desta forma, a população passou a ter condições de acompanhar a gestão pública, colocar suas demandas e ter instrumentos concretos para julgar a atuação da prefeitura. Nas últimas eleições, os eleitores de São Paulo tiveram instrumentos concretos para avaliar o prefeito que terminou seu mandato. Neste ano, o prefeito Haddad apresentou seu plano de metas em 35 audiências públicas (temáticas e regionais), recolheu aproximadamente nove mil propostas e se comprometeu a incorporar várias ao Plano de Metas. Mais 35 cidades já aprovaram legislações semelhantes. Esta medida torna o processo eleitoral mais responsável (o candidato eleito terá que cumprir suas promessas), a gestão mais eficiente (há metas a serem cumpridas), aumenta a participação e o controle da sociedade, e torna o voto mais consciente (o eleitor pode avaliar melhor cada gestão).

Diversas organizações da sociedade civil apresentaram ao Congresso Nacional a proposta de uma emenda à constituição que obriga presidente, governadores e prefeitos de todo o Brasil a apresentar um plano de metas. Infelizmente esta proposta, que já recolheu as assinaturas necessárias para sua tramitação, para ser aprovada pela comissão de constituição e justiça e ter instalada a sua comissão especial que já realizou duas audiências públicas, está parada nas mãos do relator o deputado João Paulo Lima, do PT de Pernambuco, que há vários meses tem protelado o seu relatório, travando a tramitação da proposta. Parece que ainda não ouviu a voz das ruas e as demandas da sociedade. Aqueles que resistem a esta medida só pode ser por medo da sociedade poder cobrar promessas de campanha e metas, de maior transparência na gestão pública e de cada cidadão ter instrumentos efetivos de acompanhar e avaliar a gestão pública.

Estas medidas mexem profundamente no processo político, na gestão pública e na

relação governos e sociedade. Mas, como qualquer proposta transformadora, só acontecerão com muita pressão da sociedade, com o apoio dos bons políticos e dos gestores públicos.

Oded Grajew

